

A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL

Neimara Costa de Lima Santos
Maria José Costa Fernandes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN/ neimaracls@gmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN/ zezecosta1980@gmail.com

Resumo: Percebe-se que as aulas de Geografia precisam ser dinâmicas, atrativas, mesmo diante da crise pela qual a educação vivencia. Temos que utilizar nas aulas o novo, o que chama atenção e o que provoca curiosidade e fazer a diferença na vida e no futuro dos nossos discentes, mesmo que o momento e a própria mídia comercial por meio de discursos ideológico mostrem o contrário, sabemos que a Geografia ela sempre vai contribuir e fazer a diferença na formação do alunado. O objetivo desse trabalho é analisar sintaticamente o ensino de Geografia no Brasil, explanar a importância das correntes de pensamento Tradicional e a Crítica, como também argumentar como se deu o processo de formação dos professores de Geografia no país e identificar nesse contexto os períodos de crise da Geografia escolar. Os procedimentos metodológicos se encontram baseados em pesquisa teórica baseada na teoria de alguns autores que trabalham com o ensino de Geografia. De acordo com a pesquisa as correntes de pensamento Tradicional e Crítica influenciaram e ainda se encontram presentes no ensino de Geografia que é ministrado no ensino básico, como também os desafios e dificuldades vivenciados pelos professores de geografia atualmente já vem de muito longe, desde o surgimento da disciplina.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Correntes de pensamento, Formação docente.

INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência humana e social, Andrade (2008, p.14) argumenta que: “A geografia pode ser definida como a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza [...]”. O século XIX foi marcado por grandes mudanças, como por exemplo, a sistematização da ciência geográfica, mas, antes desse período as experiências de vida dos povos que habitavam os diversos lugares estariam baseadas também em um conhecimento e ideias de origem geográfica. Esses povos não faziam ciência, mas, na prática diária utilizavam a Geografia, dando a perceber que as origens do pensamento geográfico remontam aos tempos passados da história humana, e foram as primeiras sementes que futuramente iriam implementar um conhecimento geográfico solidificado. Segundo Morais (2007, p.11) “Assim, até o final do século XVIII, não é possível

falar de conhecimento geográfico, como algo padronizado, com um mínimo que seja de unidade temática, e de continuidade nas formulações”.

Desde a pré-história percebe-se a contribuição da Geografia, mesmo ela não sendo ciência, os povos primitivos já tinham curiosidade sobre os fenômenos naturais que aconteciam, caçavam animais e sabiam os lugares onde existiam os melhores climas para efetuar práticas agrícolas. Nas civilizações orientais e ocidentais houve a contribuição tanto na Mesopotâmia, quanto no Egito, por exemplo, durante as cheias dos rios Tigres, Eufrates e Nilo, onde os povos sabiam o momento exato de cultivar as plantações ou utilizar técnicas de irrigação. Na Grécia, os sábios gregos eram curiosos e queriam descobrir de onde vinham tais fenômenos, por exemplo, Erastóstenes que através de meios simples chegou a uma medida de precisão parecida com a esfericidade da Terra comprovada pela ciência. Como também, os Romanos que formaram um dos maiores impérios, conquistaram povos e anexaram territórios. Segundo Andrade (2008, p.1), “Admita-se que a Geografia se tornou uma ciência autônoma a partir do século XIX, graças aos trabalhos dos geógrafos alemães Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter [...] Isto não quer dizer que não existisse um conhecimento [...]”. Neste sentido o objetivo desse trabalho é analisar sintaticamente o ensino de Geografia no Brasil, explanar as correntes de pensamento Tradicional e a Crítica, como também argumentar como se deu o processo de formação dos professores de Geografia no país e identificar nesse contexto os períodos de crise da Geografia escolar.

A metodologia deste artigo se encontra fundamentado em uma pesquisa teórica. O ensino de Geografia é uma das vertentes da ciência que possui um número expressivo de autores que fazem pesquisas e relatos de experiência na docência, tomando como pressuposto esses aspectos e as experiências desses pesquisadores procurei fundamentar essa pesquisa seguindo o método qualitativo.

O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TRADICIONAL E CRÍTICA

Ressaltamos que antes da sistematização da Geografia no Brasil existiam um saber geográfico trabalhado nas escolas que era ensinado por profissionais que não eram geógrafos com forte influência do currículo da França, a exemplo do século XVI onde a mesma não correspondia uma disciplina independente. A Geografia a partir da sua institucionalização como ciência no século XIX passa por determinadas correntes de pensamento, todas pautadas

em objetivos e métodos, assim temos o período clássico (1901-1946) baseados em uma Geografia Tradicional, onde os estudos estavam centrados em duas escolas principais, o determinismo Geográfico fundamentada no pensamento de Friedrich Ratzel, como a escola possibilista tendo Vidal de La Blache o seu grande precursor.

Dentro do movimento de renovação que faz parte do período moderno, pós-segunda guerra mundial, temos a Geografia pragmática e a crítica que surgiram pautadas em direcionamentos diferentes e com concepções de novos ideais que contrariavam a Geografia tradicional praticava até meados da década 1950. Todas essas correntes pensavam e discutiam Geografia com viés distintos.

A Geografia Tradicional é uma corrente de pensamento pautada na vertente filosófica positivismo que Segundo Moraes (2007, p.7) “[...] Assim, para o positivismo, os estudos devem restringir-se aos aspectos visíveis do real, mensuráveis, palpáveis”. Percebe-se que a descrição dos lugares, a enumeração e a classificação fazia parte do método de quem elaborava o conhecimento geográfico nessa época. Para o positivismo a ciência se apropriava da observação, experimentação e na comparação dos resultados. É nesse período que percebemos o quanto essa ciência foi utilizada para fins políticos, como as expedições imperialistas que surgiam em alguns países europeus como a Alemanha. Botelho (1933, p.53) argumenta que a Geografia Tradicional estava baseada na seguinte argumentação:

A) a Geografia das relações, considerando esse ramo do conhecimento uma ciência de síntese, que se preocupava fundamentalmente com os mecanismos das inter-relações do meio geográfico. B) a Geografia corológica, considerada uma ciência de método, cuja preocupação era o estudo da diferenciação dos espaços terrestres.

A escola determinista teve como grande expoente Friedrich Ratzel, essa escola dispõe de proposições advindas de uma ciência positivista e encontra na obra de Ratzel esta influência. Ratzel encontrou inspiração nas ideias do evolucionismo de Darwin, onde a natureza determina a ação do homem, no qual, o território representa as condições de trabalho e a existência de uma sociedade, criou o conceito de espaço vital onde sustentava a ideia de que o as condições ambientais influenciavam no desenvolvimento do homem, onde haveria uma proporção de equilíbrio entre a população de um determinado local e os recursos naturais para suprir as necessidades, caso houvesse o contrário, se o território não fosse suficiente para suprir às necessidades dessa sociedade a solução seria apropriar-se de novos territórios, dessa forma, percebe-se a expansão imperialista da época e a apropriação do saber geográfico nas suas formulações.

A preocupação de Ratzel era com a unificação do estado Alemão, já que a nação ainda permanecia dividida em unidades, isso tinha como consequência o país não conseguir sua unificação como as outras nações vizinhas, a exemplo da Inglaterra, França que já viviam dentro do contexto da época uma revolução industrial, e essa unificação, significava a formação de um território sólido e centralizado politicamente. Dessa forma, Guimarães (1996, p.47), A tese defendida por Ratzel, que o homem é produto do seu meio em todos os seus planos de existência física ou mental, tem uma posição definida na Antropogeografia e acabamento na Geografia política.

A escola possibilista possuía como grande percussor Vidal de La Blache, que formula suas ideias através do método positivista, em que o homem é quem modifica o meio, onde ele adapta-se a natureza e a transforma, criando no relacionamento constante e cumulativo com a natureza um conjunto de técnicas, hábitos que lhes permitem utilizar os recursos disponíveis, e este, conjunto de técnicas e costumes construído e passado socialmente denominou gênero de vida, ao qual, haveria uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos. Essa escola possui como base as seguintes considerações Botelho (1933, p.49) justifica que: “Está escola não aceita mais o espaço natural como objeto primordial da análise geográfica. Foi este substituído pelo espaço geográfico humanizado e suas mútuas relações com o ambiente natural”. Tomando como base esses fundamentos epistemológicos da ciência geográfica, no que tange as escolas da Geografia Tradicional, Botelho (1933, p.56) enfatiza que:

Estas duas primeiras escolas, determinista e possibilista, também chamadas escolas europeias, são conhecidas como Geografia Tradicional, e ainda hoje encontramos pesquisadores e professores fiéis em parte aos princípios estabelecidos por essas escolas, isto é, notadamente, porque o grande mérito da Escola Europeia é o de manter a estrutura e a unidade da Geografia.

Essa maneira como a Geografia era conceituada enquanto ciência também teve uma forte influência nas Universidades, o ensino de Geografia nas escolas brasileiras teve influência dos geógrafos franceses. Segundo Cavalcante (2008, p.21): “A geografia brasileira, seja ela acadêmica, seja a escolar, institucionalizou-se no início do século XX, via Sociedade Brasileira de Geografia Estatística, Universidade de São Paulo, e outras instituições [...] essa institucionalização está vinculada ao seu ensino [...]”. E assim, o ensino de Geografia tinha como reflexo essa tendência que se comprometia com o estudo descritivo e a memorização dos lugares. Segundo Cavalcante (2013, p.18) “[...] Essa Geografia caracteriza-se pela

estruturação mecânica de fatos, fenômenos e acontecimentos divididos em aspectos físicos, aspectos humanos e aspectos econômicos [...]”.

Essa Geografia escolar coloca o professor como detentor do conhecimento promovendo um ensino mecânico baseado na memorização de conteúdos que estão distante da prática social do aluno, o aluno ele é concebido como receptáculo vazio. Segundo o Parâmetro Curricular Nacional, (1998, p.21):

Os alunos eram orientados a descrever, relacionar os fatos naturais e sociais, fazer analogias entre eles e elaborar suas generalizações ou sínteses. Explicá-las sim, porém evitando qualquer forma de compreensão ou subjetividade que confundisse o observador com o objeto de análise. Pretendia-se ensinar uma Geografia neutra [...].

O conceito de educação bancária que Paulo Freire trabalha está fortemente presente nessa forma de ensinar, onde as relações entre professor/aluno se dão de forma vertical, conseqüentemente somente o professor detém o conhecimento e o aluno está apto para receber as informações sem dialogar, mantendo-se neutro na construção de ideias. Esses procedimentos utilizados no ensino, onde o professor é um ser ativo e o aluno passivo, onde as relações comunicativas horizontais se encontram ausentes, está fortemente presente nessa Geografia Tradicional.

Dessa maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção bancária da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los [...] (FREIRE 2005, p. 66)

A corrente de pensamento Tradicional entrou em crise por volta da década de 1940, então fomentou o surgimento de um novo paradigma, pois o mundo havia se modificado e seriam necessários novos métodos, uma nova linguagem para estudar o espaço, não baseado no positivismo, com isso a realidade das escolas também mudariam. Segundo Straforini (2004, p.64):

Pensamos que nos anos 70 ficavam cada vez mais nítidas, em todos os níveis as mudanças tecnológicas iniciadas após a Segunda Guerra Mundial. O mundo se refazia com o domínio da técnica, ciência e da informação produzindo uma ruptura profunda com o período anterior [...].

Com o declínio da corrente Tradicional surge o movimento de renovação da ciência que possuía em uma das suas vertentes a chamada Geografia crítica, que ganha força a partir dos anos 1970, estava centrada no método materialismo histórico-dialético que propunha uma nova maneira de elaborar conceitos geográficos, possuía como objetivos eclodir com a imparcialidade científica para fazer da Geografia uma ciência capaz de elaborar uma crítica ao modelo econômico que vigorava. Segundo Botelho (1933, p.58,):

Esta escola apresenta uma íntima relação entre a ideologia marxista e a Geografia, em que o espaço geográfico só poderá ser compreendido em sua estrutura e processos como uma consequência no produto social, ou seja, mais especificamente, um produto do modo de produção da sociedade.

Sobre essa corrente de pensamento Straforini (2004, p.67,), também fundamenta que: “O centro de preocupação da Geografia Crítica passa a ser as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço, exigindo dessa forma, a negação dos velhos pressupostos da Geografia Tradicional”. Então, se a corrente tradicional conseguiu a partir do seu método filosófico penetrar no ensino e nas escolas, também a corrente crítica pautada no materialismo histórico-dialético conseguiu influenciar o ensino dessa disciplina?

A Geografia Crítica foi inserida paulatinamente nas escolas, porém muito fundamentada em ideais ideológicos, onde a prática dos docentes e os livros didáticos possuíam reflexo da Geografia Tradicional, onde a realidade nas escolas não tiveram mudanças significativas. A Geografia crítica foi inserida nas escolas de forma verticalizada, sem ser aprofundada teoricamente pelos professores que estavam no ambiente escolar, Straforini (p.49,2004) argumenta que:

Na verdade, a Geografia crítica foi aprofundada para a grande maioria dos professores através dos livros didáticos, pulando a mais importante etapa: sua construção intelectual. Da mesma forma que os conteúdos chegavam aos professores de maneira pronta acabada na Geografia Tradicional, os conteúdos sobre a luz da Geografia Crítica também assumiam o mesmo papel junto aos professores, ou seja, de essencialmente dinâmicos, na prática continuamente estáticos.

Então, entender a epistemologia do pensamento geográfico é compreender como a Geografia no decorrer da sua história possuiu diversas correntes que tinham referencial teórico-metodológico opostos, no qual tiveram uma influência no ensino tanto nos centros de formação de professores, como no ensino básico. E atualmente, que método (s) utilizar

durante as aulas de Geografia? Em qual corrente (s) de pensamento o professor deve procurar fundamentar a sua prática? Eis o desafio da prática docente!

A geografia Crítica e o construtivismo não estão ultrapassados. Na verdade, poucas foram as suas experiências reais, o que nos permite dizer que ainda tem muito a fazer e a desvendar. Historicamente, as condições para o casamento da Geografia Crítica com o construtivismo já foram dadas. O que ainda não aconteceu foi a sua festa. Esse é o desafio. (STRAFORINI 2004, p.73,)

Percebemos que a Geografia Crítica teve como método filosófico o materialismo histórico e dialético e que essa corrente não está ultrapassada, mas ela se fundamentaria melhor na prática docente a partir de um novo método como o construtivismo. É nessa perspectiva que o docente precisa rever a sua prática, reavaliar as suas aulas, pois o professor possui um papel na sociedade que para muitos passa por despercebido. O professor precisa quebrar paradigmas, buscando o novo a partir da pesquisa e de uma nova metodologia de ensino. O professor precisa em sua prática desafiar o seu aluno, tirá-lo da zona de conforto para que ele repense o que está ao seu redor buscando a capacidade crítica e a Geografia como ciência tem muito a contribuir.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL

No Brasil os primeiros cursos de formação de professores de Geografia surgiram nos anos de 1930, antes disso os conhecimentos geográficos existentes não estavam consolidados, a partir desse período essa ciência se institucionaliza cientificamente no país, muito baseada na Geografia Francesa. As instituições que sediaram os primeiros cursos foram a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo Rocha (2000, p.1):

Foi através do decreto n 19.851, de 11 de abril de 1931, que o Ministro Francisco Campos renovava o ensino superior brasileiro com a introdução do sistema universitário. Neste decreto, eram criadas as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, espaço acadêmico que abrigariam, dentre outros cursos, o de Geografia. As duas primeiras instituições organizadas sob as novas regras, Universidade de São Paulo (1934) e Universidade do Distrito Federal absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), fundaram suas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, criando os primeiros cursos de formação de profissionais para atuar nesta área de conhecimento.

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

Para entendermos por que o método descritivo e pouco analítico de ministrar os conteúdos geográficos se repercute no ensino básico, é necessário levar em consideração que esse método não é recente e esteve presente desde o processo de formação dos primeiros professores e na criação dos primeiros cursos de licenciatura em Geografia, segundo o Parâmetro Curricular Nacional (1998, p.19):

Essa Geografia era marcada pelo positivismo que sustentava metodologicamente quase todas as chamadas ciências humanas que se consolidaram nessa época nas faculdades brasileiras. Com fortes tendências de estudos regionais, os estudos geográficos pautavam-se pela busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade, fundamentos da escola francesa de então [...]

Segundo Rocha (2000) no ano de 1931 foram criadas as Faculdades de Educação, Ciências e Letras e, durante muito tempo o curso de Geografia funcionava dentro das Faculdades de Letras, e isso se tornava uma questão problemática, porque o Curso de Geografia não tinha autonomia para desenvolver determinado tipo de pesquisa. Durante muitos anos os professores lutaram para sair dos Institutos de Letras, para ser um Curso autônomo, no entanto isso foi um processo lento e demorado..

Os cursos de História e Geografia constituíam uma única graduação, ou seja, o curso de Geografia era agregado ao de História, porém a Geografia sempre aparecia como uma disciplina menos interessante e a maior parte dos alunos quando chegava ao final do curso, podia fazer a escolha por Geografia e História e a maioria dos discentes optavam por História. Uma outra problemática é que até 1934 os livros de Geografia não eram elaborados por geógrafos, eram elaborados por sociólogos ou então historiadores, e a única temática que era destacada referia-se à descrição dos lugares, havia outras preocupações, então a elaboração dos livros de geografia por docentes de outras áreas eram um dos problemas que envolviam o desenvolvimento da ciência geográfica, e os alunos viam na Geografia, até 1934, como um curso de memorização e descrição.

Segundo Rocha (2000), a partir de 1936 tem-se a formação dos primeiros professores licenciados em Geografia para atuar no ensino básico. E esses professores exerciam a profissão com a formação de um livro didático que não ajudava muito e de um momento que era de descrição dos lugares e, esse era o perfil do ensino da geografia à época. A partir dessa data foram muitas as dificuldades desse curso, como também novas leis precarizando cada

vez mais o ensino com os currículos mínimos, ou seja, a diminuição dos componentes curriculares e da carga horária dos cursos de Geografia.

Com a entrada em vigor da Lei No 4024/61 que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os cursos de formação de professores (as) de Geografia passam a ter uma nova regulamentação. Esta nova legislação passa a exigir um currículo mínimo de caráter nacional para todos os cursos de graduação. (ROCHA 2000, p.1)

Outro período de grande dificuldade foi a partir de 1960 que foi a transformação dos cursos de Geografia pelos de Estudos sociais, essa época remete ao tempo em que os militares assumiram o poder com a tentativa de resolverem uma série de problemas, tais como: a diminuição dos valores dos cofres públicos e a diminuição do número de professores, pois os estudos sociais passariam a fazer parte do ensino secundário, que segundo Penteadó 1991 apud Rocha (2000, p.2):

É uma área de estudos que tem por objetivo a integração espaço-temporal do educando, servindo-se para tanto dos conhecimentos e conceitos da História e Geografia como base e das outras ciências humanas – Antropologia, Sociologia, Política, Economia – como instrumentos necessários para compreensão da História e para o ajustamento ao meio social a que pertence o educando.

O ensino básico na época da ditadura militar correspondia ao 1º e 2º grau, e os Estudos sociais foi introduzido na grade curricular gerando um verdadeiro empobrecimento nos conteúdos de Geografia. No entanto essa era umas das formas de precarizar ainda mais o ensino, a base dos militares foi a Geografia, considerando que essa ciência os servia como estratégia, táticas e guerrilhas e foi pensada dentro de uma base cartográfica que somente os militares detinham, porém para quem fazia Geografia e se preocupava com o ensino a eliminação da Geografia e da História da grade curricular das escolas, segundo Conti apud Rocha (2000, p.3) “[...] concorreria para empobrecer a formação humanística da juventude, comprometendo de forma grave seu preparo integral e equivaleria ao fracasso do ensino em si mesmo [...]”.

Ainda em 1964 foi criada a licenciatura em Estudos sociais com cargas horárias mínimas, criando a figura dos professores polivalentes, então esse foi um período de grande luta para aqueles que viam no ensino e na docência uma forma de mudar a educação.

Percebe-se que esses períodos remontam o início dos primeiros cursos de Geografia, como também a formação dos primeiros professores que atuaram no ensino básico seguido de

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

momentos de dificuldades para quem escolhia cursar essa licenciatura. Esses momentos refletem o período atual, como as discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi aprovada em 2017, que integra uma reforma curricular no ensino médio, que já foi aprovada no Congresso Nacional em 2017. Essas mudanças foram amplamente criticadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e Ensino Básico, elaborada por aqueles que estão dentro das instituições de ensino, mais decidida verticalmente por atores que se encontram distantes da realidade do ensino nas escolas, afetando sobretudo as disciplinas da área de Ciências Humanas, como História e Geografia.

A Geografia escolar ela passa atualmente por diversas crises, é constante no ambiente escolar muitos alunos considerarem a Geografia como uma disciplina monótona, onde saber Geografia consiste em apenas memorizar para responder uma avaliação, Straforini (2004) cita que um dos pontos dessa crise está no fato de alguns componentes curriculares terem diminuído a sua carga horária em detrimento do aumento de horas aula de disciplinas como português e Matemática.

Nessa perspectiva a Geografia que muito tem a contribuir com a intervenção do sujeito na sociedade acaba passando despercebida aos olhos de muitos alunos, pois os mesmos tem que priorizar os estudos em outros componentes que tem um peso maior nas avaliações e no futuro ingresso no ensino superior. Outro ponto de discussão é Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que propõe a obrigatoriedade de um currículo nacional e que apresenta novas mudanças no cenário brasileiro repercutindo no currículo de Geografia. Nesse contexto Couto (2016, p. 185) fundamenta que:

A Base Nacional Comum Curricular não é a resposta mais adequada à atual situação da educação nacional, aos problemas centrais da formação do professor e da precariedade das condições de trabalho e estudo na escola brasileira. A convicção é de que o importante tema da base nacional de currículo dever ser tratado no contexto geral da educação nacional, servindo de reflexão crítica da realidade desigual da sociedade brasileira e do papel da educação em sua separação.

O fato é que a realidade das escolas brasileiras é distinta diante da criação de um documento que padroniza o sistema educacional. Isso pode ser percebido em alguns pontos como na diferença da estrutura física de escolas situada em periferias para escolas em bairros centralizados diante da implementação de um ensino integral que não vai contemplar todas as escolas. Em relação aos conteúdos de Geografia percebe-se a amplitude e a diluição de muitos

temas, consequentemente a Geografia vai perdendo o seu objeto de estudo e assim ressurgem aspectos da Geografia na época da ditadura militar sendo reescrito.

CONCLUSÕES

A partir dessa pesquisa, podemos perceber como o ensino de Geografia está fundamentado no ensino básico e que existem inúmeros desafios que os professores de Geografia enfrentam no seu ambiente de trabalho, que como vimos na pesquisa afeta diretamente a relação de ensino-aprendizagem. A teoria nos mostrou que a corrente de pensamento tradicional, que teve uma reflexão diretamente no ensino básico ainda se encontra presente no ensino de Geografia.

O ensino de Geografia torna-se cada vez mais relevante para explicar e compreender as contradições que são impostas na contemporaneidade, porque os conteúdos estão inseridos no cotidiano dos discentes, essa aproximação dos temas geográficos com o universo dos alunos é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, gerando no discente uma visão crítica e o posicionamento sobre as temáticas dessa área do conhecimento. Um ensino renovador baseado em uma Geografia construtivista pode fazer parte da prática docente e deve permanecer associado à busca incessante da formação continuada e a transformação no modo de ensinar.

Vivemos um período de mudanças na educação por meio da Base Nacional Comum Curricular que afeta diretamente o ensino de Geografia, onde os conteúdos de fundamentais vão passar a ser secundários, sendo diluídos. A Geografia como a pesquisa nos mostrou é de extrema importância como disciplina, pois proporciona a passagem de um saber ingênuo ao crítico, aos poucos vai perdendo o seu espaço de disciplina obrigatória e os prejudicados são os licenciados, a sociedade e os próprios discentes que terão sua formação fragilizada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia. **Geografia, Ciência e sociedade: Uma introdução do pensamento Geográfico**. Recife: EDUFPE, 2006.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOTELHO, Caio Lóssio. **A filosofia e o processo evolutivo da Geografia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1933.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

_____. **Geografia, Escola e construção do conhecimento**. 18^a ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

COUTO, Marcos Antônio Campos. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR-BNCC COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA. **Revista da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Geografia (ANPEGE)**. n.º9, jul/dez ,2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUIMARÃES, Maria Leda Lins. **A geografia no espaço tempo**. Natal: EDUFRN, 1996.

MORAES. Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do professor de Geografia no Brasil. In: Terra Livre, n.15, São Paulo, 2000, p.129-144.

STRAFORORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.